

Foi membro do Conselho Executivo da Qualidade do Instituto de Informática;

Exerceu funções de Auditora Técnica e posteriormente de Auditora Coordenadora para as normas da série ISO 9000, no âmbito do Sistema Português da Qualidade;

De 1988 a 1992, exerceu as funções de Directora de Serviços de Informática do Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola, sendo responsável pela implementação do respectivo Centro de Informática.

Outras actividades:

Delegada nacional ao comité TAC (Telematics between Administrations), de 1996 a 2004, tendo igualmente, a pedido da REPER, representado Portugal nas negociações, ao nível do Conselho Europeu, para a aprovação das Directivas relativas ao IDAII e IDABC;

Participou no Grupo de Trabalho de e-procurement da Comissão Europeia (DG Enterprise);

Integrou a Task Force Compras Electrónicas, criada no contexto da UMIC, em representação do Ministério das Finanças;

Integrou o Comité de Gestão e o Comité Director do Projecto MAPPA (Modelos de Avaliação em Processos de Procurement de Aplicações à medida), 2000-2001;

Participou na Task Force Diagnóstico e Plano, criada no contexto da UMIC (Unidade de Missão para a Inovação e Conhecimento), coordenando a componente técnica do Plano Estratégico do Ministério das Finanças;

Integrou a coordenação da Task Force Ano 2000 do Ministério das Finanças;

Integrou a Comissão organizadora, coordenando a componente técnica, dos 8.º ao 12.º “Encontros de Responsáveis de Sistemas de Informação e Informática” (ERSI) da Administração Pública — encontro anual com características de workshop, residencial, que congrega responsáveis de informática da Administração Pública, para debate de questões relacionadas com a gestão dos Sistemas e Tecnologias de Informação — tendo sido relatora oficial dos mesmos;

Coordenou projectos de consultoria para implementação de Sistemas de Garantia da Qualidade em empresas privadas da área das tecnologias de informação (normas ISO9000), tendo certificado, na primeira auditoria, as empresas que apoiou;

Autora de comunicações em seminários relacionados com a problemática da Administração Pública Electrónica, tendo igualmente leccionado nesta área.

205260337

Deliberação (extracto) n.º 2030/2011

Por Deliberação do Conselho Directivo do Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P., de 06 de Outubro de 2011, foi autorizada ao técnico superior da carreira geral de técnico superior do mapa de pessoal deste Instituto, Marco Alexandre da Silva Capitão Costa Ferreira, licença sem remuneração de 90 dias, com efeitos reportados a 20 de Setembro de 2011, nos termos do n.º 1 do artigo 234.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro.

12 de Outubro de 2011. — O Presidente do Conselho Directivo, *Carlos do Maio Correia*.

205260637

Direcção Regional de Mobilidade e Transportes de Lisboa e Vale do Tejo

Aviso n.º 21239/2011

Por despacho de 02 de Agosto de 2011, da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre A dos Francos (Colégio) — Mosteiros, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.ª, com sede na Av. 1.º de Maio, 22 — A, APART. 474, 2504-081 Caldas da Rainha

1 de Setembro de 2011. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.
305253436

Aviso n.º 21240/2011

Por despacho de 02 de Agosto de 2011, da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre A dos Francos (Colégio) — Lagoa Parceira, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.ª, com sede na Av. 1.º de Maio, 22 — A, APART. 474, 2504-081 Caldas da Rainha

1 de Setembro de 2011. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.
305253711

Aviso n.º 21241/2011

Por despacho de 02 de Agosto de 2011, da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre Caldas da Rainha (Escola) — Casais da Serra, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.ª, com sede na Av. 1.º de Maio, 22 — A, APART. 474, 2504-081 Caldas da Rainha

1 de Setembro de 2011. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.
305255583

Aviso n.º 21242/2011

Por despacho de 02 de Agosto de 2011, da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre Caldas da Rainha — Caldas da Rainha P/Zona Industrial, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.ª, com sede na Av. 1.º de Maio, 22 — A, APART. 474, 2504-081 Caldas da Rainha

1 de Setembro de 2011. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.
305255372

Aviso n.º 21243/2011

Por despacho de 2 de Agosto de 2011, da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre Caldas da Rainha (Escola) e Vale Serrão, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.ª, com sede na Av. 1.º de Maio, 22-A, Apart. 474, 2504-081 Caldas da Rainha.

1 de Setembro de 2011. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.
305255623

Aviso n.º 21244/2011

Por despacho de 02 de Agosto de 2011, da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre Caldas da Rainha (Escola) e Reguengo da Parada, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.ª, com sede na Av. 1.º de Maio, 22-A, Apart. 474, 2504-081 Caldas da Rainha.

1 de Setembro de 2011. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.
305255307

Aviso n.º 21245/2011

Por despacho de 2 de Agosto de 2011, da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre Caldas da Rainha (Escola) — Trabalhais, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.ª, com sede na Av. 1.º de Maio, 22 — A, Apart. 474, 2504-081 Caldas da Rainha.

1 de Setembro de 2011. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.
305258264

Aviso n.º 21246/2011

Por despacho de 02 de Agosto de 2011, da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre A dos Francos (Colégio) — Vale do Forno, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.ª, com sede na Av. 1.º de Maio, 22 — A, Apart. 474, 2504-081 Caldas da Rainha

1 de Setembro de 2011. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.
305253314

Aviso n.º 21247/2011

Por despacho de 02 de Agosto de 2011, da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre A dos Francos (Colégio) — Casais da Serra, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.ª, com sede na Av. 1.º de Maio, 22 — A, Apart. 474, 2504-081 Caldas da Rainha

1 de Setembro de 2011. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.
305254132

Aviso n.º 21248/2011

Por despacho de 02 de Agosto de 2011, da Vogal do Conselho Directivo deste Instituto, foi outorgada por dois anos a concessão da carreira provisória de serviço público entre Caldas da Rainha (Escola) — Salir

do Porto, requerida por Empresa de Transportes Auto-Penafiel, L.ª, com sede na Av. 1.º de Maio, 22 — A, Apart. 474, 2504-081 Caldas da Rainha

1 de Setembro de 2011. — O Director Regional, *Luís Teixeira*.
305255031

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Gabinete do Secretário de Estado das Florestas
e Desenvolvimento Rural

Despacho n.º 14540/2011

A Câmara Municipal da Maia pretende levar a efeito a construção de edifícios destinados a habitação social, num terreno com a área aproximada de 1284 m², do qual é proprietária, sito na Rua das Lagielas, freguesia de Vila Nova da Telha, concelho da Maia, verificando-se que o referido terreno se encontra integrado em RAN — Reserva Agrícola Nacional.

Considerando que a construção a efectuar se destina ao realojamento de uma comunidade cigana, desalojada, e que se encontra provisoriamente instalada em tendas de campismo, numa parcela de terreno cedida pela Câmara Municipal, sem o mínimo de condições de habitabilidade e salubridade;

Considerando que são apresentadas preocupações ambientais pois as áreas de impermeabilização limitam-se à correspondente implantação dos edifícios, e que nas restantes serão utilizadas soluções que permitam a permeabilidade do solo;

Considerando que se trata de um terreno com potencial agrícola muito diminuído, sem utilização agrícola, tendo a camada arável sido alterada por depósito de terras, entulhos e pedras de outras proveniências;

Considerando os pareceres positivos da Entidade Nacional da Reserva Agrícola e da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte;

Considerando que a Câmara Municipal da Maia reconheceu o interesse público no projecto;

Considerando que se trata de um empreendimento público;

Assim:

1 — É declarado o relevante interesse público deste empreendimento, nos termos do n.º 1 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de Março.

2 — A fiscalização de utilização dos solos RAN, para efeitos de instalação do empreendimento ora autorizado, compete, nos termos do n.º 1 do artigo 40.º do citado decreto-lei, à Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Norte e à Câmara Municipal da Maia.

19 de Outubro de 2011. — O Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, *José Daniel Rosas Campelo da Rocha*.
205268268

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Despacho (extracto) n.º 14541/2011

Celebração de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado, com a licenciada Maria do Carmo Abelha Ricardo.

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que, nos termos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro e na sequência de procedimento concursal, aberto pelo aviso n.º 20015/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 11 de Outubro, foi celebrado em 23 de Setembro de 2011, Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por tempo indeterminado, em período experimental, com a duração de 180 dias, de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, conjugado com o n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo colectivo de trabalho n.º 1/2009, de 28 de Setembro e Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 2 de Março, com a trabalhadora Maria do Carmo Abelha Ricardo sendo colocada na 5.ª Posição Remuneratória, no Nível Remuneratório 27, da categoria e carreira Técnica superior.

28 de Setembro de 2011. — O Presidente, *João de Deus Cordovil*.
205263594

Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Despacho n.º 14542/2011

1 — Nos termos do preceituado nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 136/2004, de 3 de Junho e no uso das competências que me foram delegadas pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do Despacho n.º 14037/2011, de 11 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 200, de 18 de Outubro de 2011, subdelego na Secretária Executiva do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, Dra. Maria Adília Peça Soares Lopes, as competências necessárias para:

a) Praticar os actos necessários à gestão corrente do orçamento do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, dentro dos limites das competências atribuídas por lei aos directores-gerais;

b) Autorizar as alterações orçamentais que não careçam de intervenção do Ministro de Estado e das Finanças, incluindo a antecipação de duodécimos para execução do orçamento do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável;

c) Autorizar o pedido de libertação de créditos e pedidos de autorização de pagamento, no âmbito do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;

d) Autorizar a realização de despesas com a locação e aquisição de bens e serviços, dentro dos limites previstos na lei para os directores-gerais;

e) Autorizar deslocações em serviço no território nacional e ao estrangeiro, bem como o processamento das correspondentes despesas com deslocação e estadia e o abono das correspondentes ajudas de custo, antecipadas ou não, nos termos definidos nos Decretos-Leis n.ºs 192/95, de 28 de Julho e 106/98, de 24 de Abril, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro;

f) Autorizar o pagamento de senhas de presença aos membros do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, nos termos do Decreto-Lei n.º 221/97, de 20 de Agosto, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2004, de 3 de Junho, e demais legislação aplicável;

g) Autorizar o uso em serviço de veículo próprio, nos termos do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 170/2008, de 26 de Agosto, e do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Agosto, bem como o pagamento dos correspondentes abonos, nos termos da lei;

h) Aprovar o mapa de férias, o gozo e a acumulação das mesmas por conveniência de serviço e justificar e injustificar faltas, nos termos do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, e do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, bem como autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

i) Autorizar a prestação de trabalho extraordinário e a prestação de trabalho em dias de descanso semanal, descanso complementar e feriados, nos termos do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, e do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, bem como a respectiva despesa;

j) Autorizar a inscrição e a participação de trabalhadores em estágios, congressos, seminários, colóquios, reuniões, acções de formação e outras acções da mesma natureza que decorram em território nacional ou no estrangeiro;

l) Autorizar a constituição e reconstituição de Fundo de Maneio até ao montante máximo correspondente a um duodécimo da dotação orçamental do Conselho, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho.

2 — O presente despacho entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 10 de Outubro de 2011, ficando ratificados, nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pela Secretária Executiva do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável que se incluam no âmbito da presente delegação de competências, desde a referida data até à data da entrada em vigor do presente despacho.

18 de Outubro de 2011. — O Presidente, *Mário João de Oliveira Ruivo*.

205260345

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.

Aviso n.º 21249/2011

Conclusão, com sucesso, do período experimental da assistente técnica Graça Maria Mogues Ribeiro Leitão

Nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com os artigos 73.º a 78.º da Lei n.º 59/2008, de